



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 16, n. 2, art. 7, p. 129-148, mar./abr. 2019

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2019.16.2.7>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Um Olhar Crítico Sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil: O Processo Avaliativo

A Critical Look on Education of Youth and Adults in Brazil: The Evaluation Process

Antônio Carlos Dos Santos Cruz

Doutorado em Ciências da Educação da Universidade Autônoma Asunción

Mestre em Educação pela Universidade Del Norte

E-mail: antonio.cruz@ufes.br

Luiz Ortiz Jimenes

Doutor em Psicopedagogia pela Universidad de Granada

Professor na Universidade Almería.

www.luorji.com

Endereço: Antônio Carlos Dos Santos Cruz
Rua Mercúrio, nº12, apto. 101, Cruzeiro do Sul,
Cariacica, (ES), CEP: 29144-161.Brasil.

Endereço: Luiz Ortiz Jimenes
Universidade Almería, CRTA. SACRAMENTO S/N, LA
CARADA. 04120 – ALMERÍA – Espanha. Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 17/11/2018. Última versão
recebida em 05/12/2018. Aprovado em 06/12/2018.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O processo avaliativo no contexto da educação de jovens e adultos – EJA – assume uma relevância significativa; e reflexões a respeito do mesmo são necessárias, uma vez que a avaliação é uma das mais importantes etapas do processo pedagógico. Diante disso, o presente artigo, nascido de uma tese de doutorado ainda em desenvolvimento, pretende apresentar alguns dos frutos que vêm sendo colhidos com a realização dessa pesquisa, tendo os seguintes objetivos: apresentar a trajetória do ensino de jovens e adultos no Brasil, descrevendo as razões de seu surgimento e a condução que lhe foi dada pelo poder público desde sua fundação, e analisar a importância da avaliação para o processo educativo dos alunos do EJA, com ênfase na importância de uma prática educativa e libertadora. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica. As conclusões apontam para a importância da avaliação como um processo vivo que visa construir o conhecimento, um e chamam a atenção para o papel do professor nesse contexto.

Palavras-Chave: Educação. Libertação. Avaliação.

ABSTRACT

The evaluation process in the context of youth and adult education (EJA) assumes significant relevance and reflections on it are necessary since evaluation is one of the most important stages of the pedagogical process. Therefore, the present article, born of a doctoral thesis still in development, intends to present some of the fruits that have been collected with the accomplishment of this research, with the following objectives: to present the trajectory of the teaching of young people and adults in Brazil, describing the reasons for its emergence and the conduct that has been given to it by the public power since its foundation and to analyze the importance of evaluation for the educational process of the students of the EJA, with emphasis on the importance of a liberating educational practice. The methodology used is the bibliographical research. The conclusions point to the importance of evaluation as a living process that aims to build knowledge, one and draw attention to the role of the teacher in this context.

Keywords: Education. Release. Evaluation.

1 INTRODUÇÃO

A qualidade da educação pública no Brasil é um assunto intensamente debatido tanto no meio acadêmico quanto na própria sociedade. Os questionamentos sobre o sistema de ensino brasileiro, em todos os seus níveis, da educação infantil ao ensino superior, sua organização, história, e, principalmente, os rumos para os quais o referido sistema conduz as crianças e jovens do país, são de suma importância. Tais questionamentos precisam ser empreendidos, uma vez que a educação é, sem dúvida um dos pilares que sustentam qualquer nação, qualquer sociedade, pois é através dela que são formados os futuros cidadãos, homens e mulheres, da nação.

Tal entendimento é fundamental, pois a educação não é neutra, nem nunca o foi, ela sempre conduz a um objetivo, a um ideal de homem que se deseja alcançar, sendo, por consequente, política, nas palavras de Paulo Freire (1996, p. 56) “a qualidade de ser a política, inerente à sua natureza. É impossível, na verdade, a neutralidade da educação. E é impossível, não porque professoras e professores "baderneiros e subversivos" o determinem. A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política”. É com essa perspectiva crítica que o presente artigo se propõe a discutir o tema da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, com um enfoque para o processo avaliativo dessa modalidade, como será demonstrado ao longo desse estudo. Ela possui características singulares.

Como já foi mencionado esta investigação deriva da tese de doutorado de seu autor ainda em desenvolvimento de seu autor, cujo principal objetivo é justamente analisar o processo de avaliação da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos nas escolas municipais de Vila Velha - ES. Este artigo apresenta, portanto, alguns frutos que já foram obtidos com a realização dessa pesquisa através de uma discussão que enfoca o processo avaliativo dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, EJA, apresentando uma perspectiva teórica que discorre sobre a presente situação de forma realista, mas sem deixar de apontar caminhos a serem trilhados para melhorar tal processo educacional.

A busca por educação tem se intensificado entre jovens e adultos nas últimas décadas. Milhares de pessoas que abandonaram os estudos na infância e na adolescência hoje procuram por instituições de ensino para completarem sua formação e adquirirem, ao menos, o ensino médio. Quando se analisa mais de perto essa questão percebe-se que os motivos que fomentam essa procura se assentam na necessidade de sobrevivência em meio a uma sociedade onde o desemprego cresce e a exigência de qualificação, até mesmo para exercer funções simples, como serviços gerais, aumenta exponencialmente.

A EJA trata-se, portanto, de uma modalidade de ensino com características próprias, pois atende a indivíduos adultos, os quais em sua grande maioria, tiveram uma vida de muitas privações econômicas e sociais, e agora estão em busca de recuperar ao menos uma parte do tempo em que não foi possível estudarem. Trabalhar pedagogicamente com alunos adultos, que muito embora não tenham recebido instrução escolar, já possuem um histórico de vida repleto de suas próprias experiências e saberes práticos, requer do professor um trabalho metodológico apropriado, que valorize esses alunos sem deixar de transmitir a eles os conteúdos necessários.

O objetivo central do presente artigo é discutir a importância do processo avaliativo na educação de jovens adultos. Um processo avaliativo coerente e bem executado permite inferir como está o nível de aprendizado dos alunos bem como mensurar o grau de eficiência do processo metodológico adotado pelos docentes, permitindo assim constatar o que precisa ser melhorado e/ou alterado para promover uma melhor qualidade educacional. A avaliação não pode, portanto, ser encarada como um mero processo de atribuição de notas e classificação escolar; é necessário desenvolver um olhar mais crítico e consciente quanto à tarefa pedagógica de avaliar.

A avaliação tem despertado inúmeras inquietudes em educadores de todas as etapas escolares, e a busca por um processo avaliativo que seja capaz de suprir a demanda quantitativa por notas do sistema de ensino vigente que ao mesmo tempo se constituía em ferramenta de apoio à aprendizagem. É um questionamento que permeia a mente de muitos docentes. E todos estes fatores tornam discussões como as que foram aqui apresentadas. Elas são imprescindíveis de serem feitas, e é necessário atribuir a EJA a sua devida importância educativa; e, falar sobre a relevância do processo avaliativo, nesse contexto, é igualmente essencial.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Percorso Histórico da EJA no Brasil

A história da educação brasileira é marcada por muitas lutas em prol do direito ao ensino e pela constante procura por melhorias educacionais, tendo como panorama de fundo um cenário socioeconômico repleto de profundas contradições, em que perdura uma distância social significativa entre as classes mais abastadas e as classes populares. Embora muito propagada na contemporaneidade, a educação de jovens e adultos se iniciou ainda no período

colonial, quando os padres jesuítas precisaram instruir minimamente a população local, ensinando-lhes os rudimentos das primeiras letras, para que estes pudessem ser catequizados; a educação, portanto, longe de visar ao desenvolvimento integral do ser humano, era um processo com finalidade estritamente religiosa nesse período (FORTUNATO, 2015).

As reformas promovidas pelo Marquês de Pombal, embora tenham expulsado os jesuítas, não tinham um objetivo muito diferente do pretendido pelos primeiros, pois as modificações introduzidas por Pombal visavam elaborar um sistema de ensino que servisse aos interesses comerciais e, especificamente no que concernia à educação da população adulta, o principal objetivo era formar pessoas aptas a servirem a elite do país (LEDESMA, 2010). Pode-se dizer, portanto, que a educação no período colonial teve três fases principais:

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil (1808-1821) (GHIRALDELLI JR., 2008, p.24).

Em todos os casos, a população menos abastada que desejava obter uma formação escolar dificilmente conseguia ir além dos rudimentos da escrita e leitura, porque a escola, especialmente o ensino superior, era algo destinado apenas a elite social do país (FORTUNATO, 2015). Com a chegada da família real portuguesa e o início do período imperial brasileiro ocorreu a criação de diversas escolas de ensino superior visando atender aos interesses da elite monárquica e embora o texto constitucional de 1827, publicado para regulamentar a autonomia política do Brasil, assegurasse a liberdade e a segurança individual, na prática isso não poderia ser aplicado em um país de escravos com uma educação exclusiva para a classe social mais abastada (SANTANA; SANTOS; SANTOS, 2012).

Naquele período a educação popular praticamente não existia, a maioria das pessoas vivia sob o estigma da opressão social, econômica e até mesmo política, às margens da sociedade, não importando a faixa etária, fossem crianças, jovens ou adultos. Os direitos políticos de igualdade e acesso à educação gratuita para todos promulgados na constituição de 1827 não se concretizava. As políticas públicas voltadas aos jovens e adultos neste período eram negligentes e deixavam estas pessoas sem uma perspectiva de escolarização:

[...] no período Imperial ano de 1854 surge as escolas noturnas para adultos com duração de um ano, e em 1876 eram 117 escolas em todo o país. No ano de 1824, outorga (Pedro I) a primeira Constituição Brasileira, e traz no seu art. 179 desta lei magna que dizia “instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”, até a

proclamação da república de 1889 nada foi feito de concreto pela educação brasileira, porque mesmo sendo gratuita para todos, ela não beneficiava as classes pobres e nem todos os sujeitos, esses não tinham acesso. No decorrer deste período vieram inúmeras reformas (PAIVA, 1973, pag. 167).

Antes de analisar o quê em maior profundidade, pode-se ter a impressão de que estas escolas sugeriram para beneficiar a população, possibilitando acesso ao estudo; no entanto, a verdade é que a crise escravocrata e a necessidade de assegurar mão de obra para uma nova forma de produção estão entre as principais razões para a criação destas escolas noturnas, e a grande taxa de evasão ocorrida nelas contribuiu para o total fracasso deste sistema (PAIVA, 1973). Foi somente durante o período pós Primeira Guerra Mundial que a educação popular começou a ser discutida, quando alguns políticos começaram a se voltar para este problema e, a partir das iniciativas deles foi possível assegurar a época a escola primária e o ensino ginasial (LEDESMA, 2010).

Pelos anos seguintes, a educação nacional passou por inúmeras transformações e pouco a pouco o ensino público foi expandido. No entanto, a primeira iniciativa pública voltada para o ensino de jovens e adultos no Brasil somente teve sua ocorrência no ano de 1947, com a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) a qual foi promulgada pelo Ministro Lourenço Filho do Ministério da Educação e Saúde (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Durante a Segunda Guerra Mundial campanhas de alfabetização surgiram por todo o país, visando inclusive atender às pessoas do meio rural que ainda não haviam passado por um processo de alfabetização (ALMEIDA; CORSO, 2015). Estas campanhas, inclusive a primeira lançada em 1947, visavam atender às necessidades governamentais por mão de obra:

O período de 1930 é marcado pela estruturação do Brasil urbano-industrial que, sobrepondo-se às elites rurais, firmou uma nova configuração da acumulação capitalista no país. Esse processo alterou, significativamente, as exigências referentes à formação, qualificação e diversificação da força de trabalho. Em especial, adaptou-a psíquica e fisicamente às técnicas e à disciplina da fábrica, para difundir uma concepção favorável a uma concepção de mundo atrelada às novas exigências da acumulação do capital. Desse modo, cabia a elite brasileira permitir os patamares mínimos de educação a todos, entretanto, sem colocar em risco o controle ideológico e o nível de exploração exercido sobre a classe trabalhadora (ALMEIDA; CORSO, 2015, p.1285).

Percebe-se que além dos interesses governamentais havia toda uma conjectura social por trás dos movimentos que impulsionavam a educação de jovens e adultos, pois a sociedade estava passando por transformações econômicas, sociais e culturais, que traziam novas necessidades a todos os indivíduos, principalmente concernentes ao trabalho e à educação:

As demandas de escolarização e de alfabetização foram crescendo não tanto por pressão da classe trabalhadora, mas sim por necessidade de mantê-la sob controle da classe dominante. O objetivo maior da escolarização era controlar a alfabetização, e não a promover; controlar tanto as formas de expressão quanto ao comportamento que acompanham a passagem em direção à alfabetização. O desenvolvimento da escolarização pública passou a basear-se na necessidade de atingir-se uma nova forma de treinamento social, para transformar os trabalhadores domésticos ou rurais em força de trabalho operário (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 40).

Durante o governo ditatorial brasileiro, duas perspectivas concernentes à educação se confrontaram: a primeira “[...] percebia como educação libertadora, como conscientização, e outra que a entendia como educação funcional, como treinamento de mão de obra para torná-la mais produtiva e útil ao projeto de desenvolvimento nacional dependente” (ALMEIDA; CORSO, 2015, 1289). O criador da Pedagogia Libertadora, Paulo Freire, concebeu e colocou em prática um plano de alfabetização de jovens e adultos o qual não se baseava em transmitir um saber pronto e construído, pois para ele palavras eram criadas e não doadas. Seu método não dispunha de respostas prontas e estimulava a reflexão e a criticidade, no entanto este método era totalmente contrário à visão funcional e técnica do governo, que objetivava unicamente capacitar a mão de obra e fomentar a obediência ao governo (DREYER, 2011).

Devido aos seus posicionamentos que atacavam o autoritarismo e hierarquias, indo contra a ordem pública vigente, e defendendo uma metodologia educacional totalmente contrária aos planos governamentais, Paulo Freire acabou exilado e somente retornou ao país após a anistia (DREYER, 2011). O Governo assumiu o controle do EJA através do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), totalmente em conformidade com os interesses dos políticos e da classe dominante do período, que foi extinto em 1985 sendo substituído pela Fundação Educar, que trabalhou ao lado do Ministério da Educação e dos municípios para promover a aprendizagem de jovens e adultos (LAFIN, 2011).

Em 1996, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB/1996 e também das Diretrizes Curriculares Nacionais, o EJA passou a ser caracterizado como modalidade da educação básica, destinada a atender jovens e adultos que não ingressaram ou não concluíram o ensino fundamental e médio. Tais documentos trouxeram mudanças e ampliações conceituais elaboradas, desde o final da década de 1980, para assinalar ações até então conhecidas como ensino supletivo (ALMEIDA; CORSO, 2015). Não obstante, durante a década de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, e adentrando os anos de 2000 durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, os investimentos educacionais não deram nenhuma prioridade ao EJA, apesar da grande

demanda dos jovens e adultos em busca de qualificação para adentrarem no mercado de trabalho (FRIGOTTO, 2011).

As medidas educacionais tomadas durante os anos 1990 e 2000:

[...] aprofundaram a opção pela modernização e dependência mediante um projeto ortodoxo de caráter monetarista e financeiro rentista. Em nome do ajuste, privatizaram a nação, desapropriaram o seu patrimônio (PETRAS, VELTMEYER, 2001), desmontaram a face social do Estado e ampliaram a sua face que se constituía como garantia do capital. (...) A educação não é mais direito social e subjetivo, mas um serviço mercantil (FRIGOTTO, 2011, p.240).

Muitos programas de alfabetização foram criados e colocados em prática, durante o governo Lula, como Projovem (PBA) Programa Brasil Alfabetizado, PROEJA. O programa Brasil Alfabetizador em 2003 financiado pelo MEC, voltados para a escolarização do público da EJA, que pretendia não apenas alfabetizar jovens e adultos, mas capacitá-los para que pudessem se inserir no mercado de trabalho, no entanto, a efetividade de tais medidas foi superficial pois tinham por objetivo minimizar as consequências das decisões tomadas pela classe dominante (FRIGOTTO, 2011).

Durante toda a história da EJA no Brasil, nota-se ainda outro aspecto preocupante: a total carência de cursos de formação voltados a preparar os educadores para trabalhar nessa modalidade de ensino, e os cursos de graduação existentes para professores, raramente se referidas nessa temática. “O processo de escolarização dos jovens e adultos está relacionado aos sistemas formativos dos educadores que, no enfoque específico da EJA, estão cada vez mais escassos no cenário educacional” (AMORIN; DUQUES, 2017, p.228).

As preocupações governamentais no que tange a EJA giraram sempre sobre interesses políticos e econômicos, sem mencionar o início dessa modalidade, que se deu por necessidade religiosa de catequizar uma população colonial analfabeta. Em verdade, a preocupação com a formação de professores em solo brasileiro somente ocorreu a partir do século XIX, quando a nação já tinha séculos de existência colonial, imperial e entrava em seu período republicano:

A história da formação de professores em cursos específicos no Brasil tem como marco os fins do século XIX, que assinalam a ascensão das Escolas Normais como instituições voltadas à formação de professores para as primeiras letras. Nesse período, poucos eram os contemplados com a oferta de escolarização, e essa oferta ficava restrita aos níveis primários. Com a chegada do século XX, emerge a necessidade de se pensar na formação de professores para o secundário. Surge também a preocupação de instituir cursos específicos. Nesse sentido, a garantia da formação de professores para o secundário traz consigo a imperativa necessidade da instituição de centros especializados de formação, decorrendo, daí a criação das universidades (AMORIN; DUQUES, 2017, p.230).

Dessa forma, tendo em vista o contexto histórico, constata-se que a formação superior e especializada de professores no Brasil é uma realidade recente, com pouco mais de um século de existência. Muitas mudanças no que tange à legislação educacional foram efetuadas a partir da década de 1960, inclusive no que concerne à formação de professores (AMORIN; DUQUES, 2017). Mas a EJA seguiu sendo vista como uma forma de educação compensatória, supletiva, cujas práticas pedagógicas eram mais pautadas na filantropia, de forma que bastava ter boa vontade para atuar, uma marca permanente deixada na EJA que até hoje reforça os problemas educacionais dessa modalidade e serve como pedra angular das críticas feitas quanto à falta de uma formação específica, adequada para atuar nesse campo (MARIA; FONTOURA, 2017).

O que se pode perceber de todo este quadro histórico delineado é que a EJA nunca esteve entre as prioridades reais dos governos, e mesmo quando medidas foram fomentadas em seu favor, por trás das políticas públicas formuladas e dos investimentos empreendidos, estavam os interesses da elite dominante do país, sempre em busca de mão de obra qualificada e apta a manter os processos produtivos em andamento e assim aquecer a economia. Em contrapartida, observa-se que as pessoas que procuram concluir seus estudos quando adultas o fazem pela necessidade pois, ao longo dos séculos, o mercado de trabalho foi ficando mais exigente fazendo com que os trabalhadores buscassem qualificação para poderem arrumar um emprego e suprirem suas necessidades básicas.

2.2 A avaliação na EJA: por uma educação democrática e libertadora

Todo o indivíduo, em algum momento de sua vida, acaba tendo de realizar alguma forma de avaliação, isso porque todos nós já tivemos de julgar uma situação, a real ocorrência dos fatos, comparando-os com o esperado para uma situação ideal, ou seja, com aquilo a que se pretendia chegar; isso é inerente ao processo avaliativo e, com a educação, não é diferente. “Avaliar significa dar valor a uma realidade com referência a uma expectativa ideal [...] É o que fazemos quando consideramos uma música bonita, um objeto pesado, uma bolsa cara, uma roupa apertada etc.” (CLOCK, 2013, p.46).

Mas, muito embora seja uma situação comum no cotidiano, dentro da sala de aula a avaliação assume uma relevância muito maior, uma vez que as expectativas que estão sendo avaliadas dizem respeito à aprendizagem das pessoas e, esta aprendizagem, quando não ocorrer, fará falta de algum modo na vida desses indivíduos:

A avaliação da aprendizagem tem se revelado um dos grandes problemas do desenvolvimento do processo pedagógico nos diversos níveis e modalidades de ensino. Sendo assim, seu processo exige reflexões sobre a importância de se discutir a valorização de práticas avaliativas diversificadas, que acompanhem o aluno em seus progressos e dificuldades, fornecendo indicadores para o aprimoramento do trabalho pedagógico, na perspectiva de inclusão e emancipação (CLOCK, 2013, p.46).

Diante dessa perspectiva é preciso questionar quais objetivos se pretende alcançar com um processo avaliativo, pois quando uma avaliação é feita de forma autoritária pode tornar-se excludente e longe de favorecer a aprendizagem, pode acabar por minar o interesse do educando pelo ensino. Os problemas do EJA, no entanto, não se restringem à forma avaliativa, mas esta não é senão uma consequência de um acumulado de fatores que tornam o processo de ensino-aprendizagem defasado nessa modalidade:

[...] inúmeros são os problemas da modalidade de ensino de jovens e adultos a começar pelo currículo que muitas vezes é uma adaptação dos conteúdos do ensino fundamental, a formação dos professores responsáveis por essas turmas que não considera nem discute suas especificidades e a convocação de voluntários que não tem a formação adequada para contribuir com a formação desse alunado (CARMO, 2017, p.05).

O contexto que compõe o alunado do EJA é permeado por pessoas de origem humilde com inúmeros problemas de ordem pessoal e social, usualmente em situação de vulnerabilidade econômica e que estão ali em busca de uma formação que lhes permita arrumar um melhor posto de trabalho; podemos perceber que a realidade do EJA é dura tanto para alunos quanto para docentes. Avaliar corretamente neste contexto se torna um desafio. O processo avaliativo no EJA não pode ser feito de forma mecânica e autoritária, visando unicamente às notas e quantificar o desempenho. Uma metodologia correta de avaliação para esse público somente pode ser formulada mediante o conhecimento e domínio de técnicas que empreguem critérios claros e objetivos que visem a autonomia desse educando, principalmente para que se possa diminuir a exclusão social (PELLOSO, 2014).

O papel do professor do EJA é tão relevante quanto o papel do docente que educa a criança no ensino regular, pois o docente que trabalha com jovens e adultos está ali não apenas para ensinar, mas para recuperar um ser humano cativando a busca pelo saber, para fazer com que aquele sujeito se perceba como construtor do próprio conhecimento, sendo imprescindível para tal que o educador tenha um olhar mais sensível às necessidades destas pessoas, buscando romper com a visão deturpada de que este público procura unicamente uma

certificação; sim, eles precisam disso, mas também estão ali para recuperar o tempo perdido em todos os anos que desejaram estudar e não lhes foi permitido (CARMO, 2017).

Neste sentido, o processo de ensino aprendizagem no EJA assume um caráter libertário, uma nova chance para estas pessoas que não puderam frequentar escola no tempo usual e se pautarem um processo avaliativo inadequado ou tratarem esta modalidade educacional como mera capacitação profissional também é, em si, uma forma velada de violência, pois contribui para perpetuação da exclusão social dessas pessoas. Nas palavras de Paulo Freire ressalta:

Se a marginalidade não é opção, o homem marginalizado tem sido excluído do sistema social e é mantido fora dele, quer dizer, é objeto de violência. O homem marginalizado não é “um ser fora de”. É, ao contrário, um “ser no interior de”, em uma estrutura social em relação de dependência para com os que chamamos falsamente de seres autônomos. [...]. Na realidade, estes homens analfabetos ou não – não são marginalizados. Repetimos: não estão “fora de”, são seres “para o outro”. Logo, a solução de seu problema não é converterem-se em “seres no interior de”, mas em homens que se libertam, porque não são homens à margem da estrutura, mas homens oprimidos no interior desta mesma estrutura que é responsável por esta mesma dependência. Não há outro caminho para a humanização – a sua própria e a dos outros –, a não ser uma autêntica transformação da estrutura desumanizante (FREIRE, 1980, p. 74-75).

O processo educativo que visa atender a interesses escusos de terceiros, como no caso do Brasil, onde a elite dominante sempre esteve por trás dos ditames governamentais na educação e outros setores, como economia e política, não pode ser emancipador do ser humano. O professor que trabalha com o ensino EJA deve adquirir primeiramente sua própria consciência crítica, preparando-se para atuar devidamente junto a essa demanda, somente assim poderá entender a real importância de seu trabalho e os rumos que precisa dar aos seus objetivos enquanto educador. Articular o conhecimento já apropriado pelos jovens e adultos ao longo de suas vidas com o conteúdo que precisa ser ministrado em aula, e considerar no processo avaliativo critérios que contemplem essa realidade é uma necessidade para um processo educativo bem-sucedido no EJA (LAFFIN, 2012).

“O comprometimento com a transformação social é a premissa da educação libertadora. Libertação que não é só individual, mas principalmente coletiva social e política” (DREYER, 2011, p.3593). Nesse contexto, entendemos que a avaliação no EJA:

A avaliação tem como função primeira orientar o trabalho do (a) professor (a) e o estudo dos alunos. Assim compreendida, ela se faz presente, desde o início da prática educativa, quando oferece elementos para que o (a) professor (a) possa fazer o seu planejamento. Além disso, a avaliação acompanha todo o processo educativo, orientando o docente e os alunos na busca dos objetivos planejados. [...] A avaliação da aprendizagem tem se revelado um dos grandes problemas do desenvolvimento do

processo pedagógico nos diversos níveis e modalidades de ensino. Sendo assim, seu processo exige reflexões sobre a importância de se discutir a valorização de práticas avaliativas diversificadas, que acompanhem o aluno em seus progressos e dificuldades, fornecendo indicadores para o aprimoramento do trabalho pedagógico, na perspectiva de inclusão e emancipação (CLOCK, 2013, p.46).

Durante o processo de ensino-aprendizagem e, principalmente, durante a devolutiva, o necessário *feedback* que a avaliação propicia, o docente deixa claro quais são seus objetivos; e considerando que os alunos do EJA possuem uma realidade de vida difícil e muitas vezes, completar os estudos é tanto um sonho quanto uma necessidade, é possível inferir os estragos que uma má avaliação pode realizar. Assim, a reflexão sobre as práticas avaliativas leva uma projeção sobre quais os caminhos que a educação irá seguir e de quais mudanças precisamos para tornar esse futuro mais humano e menos excludente, para que se possa respeitar os tempos individuais e a cultura de cada educando e com isto, o indivíduo possa ser um sujeito ativo em suas próprias relações sociais (PELLOSO, 2014).

Deve haver um interesse genuíno por parte de educadores e de toda sociedade para que a aprendizagem verdadeira se concretize. “É preciso entender que avaliar é muito mais que aplicar teste, uma prova, fazer uma observação. O essencial é fazer da avaliação um instrumento auxiliador de um processo de conquista do conhecimento” (PELLOSO, 2014, p.9). Neste sentido, compreendemos que possibilitar ao aluno do EJA a conquista de sua própria autonomia social e intelectual, respeitando as particularidades de cada indivíduo, é um objetivo tão importante quanto transmitir os conteúdos curriculares. É preciso dar consciência as pessoas de que elas são os sujeitos de sua própria história.

Os educadores que trabalham com EJA também têm suas problemáticas, como medo, insegurança sobre como agir perante esse público; preocupação com frequência e evasão, cansaço do trabalho e o desânimo que acomete os profissionais da educação frente ao atual quadro educacional brasileiro, onde o futuro parece incerto no que tange à carreira, salários e valorização da profissão docente (CARMO, 2017). Desse modo, salienta-se que:

É importante por em relevo que as pessoas aprendem em tempos diferentes, a utilização de provas massifica o conhecimento, e não permite um resgate fiel do aprendido. A avaliação, no nosso entender, deve acontecer sistematicamente, e não somente por meio da realização de uma prova bimestral ou semestral (CRUZ, 2018, p.7).

Há que se entender que as mudanças sociais desejadas precisam iniciar por algum caminho, e o professor, pelo seu conhecimento e poder de ensinar, estar em local privilegiado para fomentar esse processo. Fazer com que os jovens e adultos que frequentem o EJA

percebam sua própria realidade e entendam seu valor e poder como sujeitos da própria vida, história, cultura e sociedade; é um passo relevante, que não pode ser ignorado, um dos muitos que precisa ser dado para que se possa ver as mudanças que desejadas na educação brasileira acontecer.

3 MÉTODOS

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que ainda está em desenvolvimento e visa apresentar as considerações teóricas até então levantadas referentes ao trabalho em andamento para a elaboração de uma tese de doutorado de autoria do autor desse estudo.

A tese em questão pauta-se na realização de uma pesquisa bibliográfica a respeito da educação e avaliação no EJA, bem como em um estudo de campo, através de questionários direcionados a professores e alunos que participam da Educação de Jovens e Adultos, os quais ainda serão aplicados. No presente trabalho, apresenta-se o fruto teórico da investigação até então desenvolvida.

Para o presente trabalho foi efetuada uma pesquisa bibliográfica a partir de autores selecionados para o texto original da tese, com o acréscimo de alguns autores pesquisados exclusivamente para esse artigo. A análise foi empreendida de forma conceitual e qualitativa, visando levantar os postos-chave discutidos pelos autores e apresentar uma síntese teórica referente ao tema.

Esse artigo, portanto, é uma prévia de um trabalho maior ainda em desenvolvimento, mas que já tem rendido seus méritos em conhecimento a partir das leituras e pesquisas desenvolvidas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação de jovens e adultos no Brasil existe desde a época da presença jesuíta nos anos do tempo colonial. Nessa época, a alfabetização consistia em adquirir os rudimentos da escrita e da leitura com único objetivo de catequizar, propagando a fé cristã. Mesmo as reformas promovidas pelo Marquês de Pombal expulsando os jesuítas não promoveram uma melhora na qualidade da educação ofertada à população. Nesse período o estudo, principalmente o universitário, era reservado à elite e seus filhos e continuou assim mesmo após a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil, durante o período Imperial e adentrando a

época da república, como evidenciam Santana; Santos; Santos (2012), Paiva (1973) e Ledesma (2010).

Conforme esclarecem Corso, Almeida (2015) e Cook-Gumperz (1991), a educação brasileira se expandiu para alcançar a classe popular durante o final do século XIX e XX. Entretanto, a grande maioria dos investimentos foram feitos nas etapas iniciais da educação básica, de forma que a educação de jovens e adultos ficou sempre relegada a um segundo plano, vista como um recurso disponível ao Estado para qualificar a mão de obra conforme as necessidades econômicas do país assim demandassem. Esse fato é de grande relevância, pois demonstra de forma empírica como a neutralidade da educação não passa de um mito, em verdade, toda educação é perpassada por alguma ideologia, que se relaciona diretamente ao tipo de pessoa que uma determinada sociedade quer formar.

Assim, a educação, segundo constata-se nesse estudo, é igualmente moldada pelo meio no qual se insere, influenciando a sociedade ao mesmo tempo em que é influenciada por ela:

O meio (a educação incluída nele) não molda o homem apenas enquanto agente na sociedade, mas também o homem enquanto ser-em-si: Toda ideologia tem uma ideia do que deveria ser o homem e tenta adequá-lo a isso. As duas ideologias do ser que possuem uma maior relevância na história da filosofia são a essencialista, que acredita num conteúdo a priori da existência, e a existencialista, que acredita que somos formados a posteriori. Deforma que também não podemos considerar opções à educação atual sem um ideal humano a guiar essa metodologia. Qual deveria ser o princípio a buscar? A consciência da complexidade nos faz compreender que não poderemos escapar da incerteza mesmo com firmeza de princípios (PRATA; SANTANA, 2010, p.04).

Essa mútua relação de influência entre ideologia e educação continua a incidir diretamente sobre a educação brasileira; mudam os governos, mudam os regimes e os políticos se sucedem no poder, e a educação continua a ser um setor estratégico, usado diretamente para dar forma às políticas da nação. O sistema de ensino assim constituído reflete em si as particularidades da sociedade, perpetua suas estruturas de dominação, faz com que o opressor continue a prevalecer sobre o oprimido, pois "seria uma contradição se os opressores, não só defendessem, mas praticassem uma educação libertadora." (FREIRE, 2008, p. 26). E ainda, "a educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação." (FREIRE, 2008, p. 6).

E assim sendo, na época da Ditadura Militar Brasileira, conforme bem explicam Corso, Almeida (2015), esta visão econômica da educação tornou-se ainda mais evidente com a criação do ensino médio técnico e profissionalizante voltado especificamente para qualificar a mão de obra dos alunos que estavam concluindo o ensino médio, mas não seguiriam seus

estudos na Universidade por não terem condições financeiras de fazê-lo. O interesse governamental era abertamente voltado a atender as necessidades da economia brasileira que crescia em ritmo acelerado e precisava de mão de obra eficiente e obediente para as indústrias e empresas em ascensão.

Nesta época Paulo Freire, já envolvido ativamente com as questões educacionais acabou sendo exiliado por promover uma visão pedagógica abertamente contra os posicionamentos oficiais do governo. Dreyer (2011) e Lafin (2011) relatam como Paulo Freire progrediu em seus escritos e métodos de ensino para a alfabetização no tempo em que esteve exilado. E a educação de jovens e adultos somente voltou a progredir a partir de 1980, com a reabertura democrática do país, mesmo assim as condições de ensino para todas as etapas educacionais, incluso EJA, ainda eram muito precárias. A criação do MOBREAL, sua extinção e posterior substituição pela Fundação Educar, não teve um grande foco em realmente promover a qualidade da educação ofertada no EJA, mas sim conseguir qualificar estas pessoas para que pudessem adentrar no mercado de trabalho.

A luta e conflito que envolveu Paulo Freire não são um acaso na história, e sim uma demonstração de como os interesses de um povo que deseja se libertar do jugo das elites que o dominam, desde sua formação inicial, pode entrar em choque de forma violenta contra os interesses de um governo que, embora adote outra roupagem, continua a perpetuar as mesmas práticas ideológicas de dominação que têm posto em andamento desde os idos tempos coloniais; pois os tempos mudam, a sociedade se modifica em costumes, hábitos e cultura, mas o interesse das classes dominantes em se manterem no poder continua constante, apenas adapta-se com o passar do tempo. Em outras palavras:

Diferentes teorias da sociedade desenvolveram respostas diferentes para essa questão, mostrando o conflito ideológico existente no ato "neutro" de ensinar. Como a mesma está em constante mudança, a resposta às questões educacionais muda de acordo com os interesses da classe dominante, como uma forma de manutenção do status quo. A sociedade e cada um de seus agentes de poder utilizam a educação com algum objetivo em mente (determinam seu ideal). Em períodos turbulentos, a educação acaba por se tornar campo de batalha ideológico (PRATA; SANTANA, 2010, p.03).

Em 1996 com a nova Lei de Diretrizes e Bases Educacionais LDB/1996 a EJA finalmente passou a ser caracterizado como modalidade da Educação Básica, mas os investimentos que se seguiram no EJA foram superficiais e insuficientes, e esta modalidade continuou em funcionamento de forma precária. O governo FHC favoreceu o neoliberalismo globalizado e estruturou o modelo educacional brasileiro a fim de servir aos interesses desse

contexto econômico e social específico. Durante os governos de Lula a situação do EJA melhorou superficialmente. Segundo Frigotto (2011) embora diversos programas tenham sido desenvolvidos, como o PROEJA e o Projovem, ao analisar-se a questão de forma mais profunda percebe-se que a intenção original não mudou e a educação de jovens continua sendo direcionada a qualificar estas pessoas para o mercado de trabalho atual.

Do ponto de vista dos alunos que integram o EJA, percebe-se que a necessidade de sobrevivência em uma sociedade capitalista e extremamente competitiva é o que leva a grande maioria destas pessoas a buscar concluir seus estudos. Isso é mais um fato que chama a atenção para a realidade social e econômica brasileira; as pessoas buscam terminar seus estudos de nível básico em uma época da vida, na qual deviam estar trabalhando ou se aposentando, por necessidade de sobreviver economicamente no atual contexto social. Todos esses aspectos precisam ser considerados ao se pensar a avaliação. Pelloso (2014) recorda o importante papel da avaliação, em qualquer etapa educacional, pois esta tanto fornece um *feedback* ao aluno de seu próprio desempenho quanto dá ao professor uma clara noção da efetividade de sua metodologia.

Igualmente Carmo (2017) enfatiza a importância do papel docente no EJA considerando o contexto avaliativo. O professor que trabalha nessa modalidade precisa ter ciência das características do público atendido e entender suas necessidades sem ser complacente com elas enquanto desculpas para não aprender. Um papel complexo, portanto, a avaliação não pode ser usada de forma taxativa ou meramente mecânica para atribuir uma nota, ela precisa dar um real retorno da situação do aluno de forma que ele compreenda e sinta-se motivado a aprender.

As questões trazidas a este ponto da discussão atentam para fatos concretos que dizem respeito à postura docente em sala de aula. Como esse professor atuante no EJA se colocará diante de seus alunos, que metodologias empregará e como avaliará é o centro da questão. A diferença entre um processo avaliativo que massifica, exclui e promove a perpetuação de um ciclo de exploração da classe popular e a avaliação que desperta o sujeito para sua realidade histórica, é que o coloca a frente como construção do próprio destino.

É aqui que a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire toma forma concreta e se apresenta enquanto concepção de uma avaliação que promova uma conscientização do sujeito quanto a sua própria realidade, bem como a real situação do mundo que o cerca, fazendo com que ele perceba as causas que o levaram a estar ali, e o que se esconde por trás dessa necessidade de qualificação para sobreviver a todo custo. Em suma, a realidade do quadro

socioeconômico brasileiro torna-se uma criticidade de que uma educação voltada unicamente para a qualificação profissional não pode fornecer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse artigo demonstra de forma breve, mas enfática, a realidade da situação do EJA no Brasil, e a relevância do processo avaliativo nessa modalidade. No que concerne à trajetória histórica da educação de jovens e adultos, a principal constatação assenta-se no fato de que tal modalidade de ensino sempre foi negligenciada pelos governos brasileiros e mesmo quando campanhas foram feitas em seu favor, por trás delas se escondiam intenções que visavam atender aos objetivos pretendidos por uma elite dominante na política e economia do país. Esse quadro perdura até hoje e muitas pessoas não se dão conta do que está acontecendo, ou estão tão imersas em suas preocupações cotidianas que não o percebem.

O EJA carrega em si duas características marcantes: primeiramente, as pessoas que ali estão o fazem porque não puderam ingressar na escola ou completar os estudos quando deviam ter feito isso. E por trás desse fato, encontra-se uma cruel realidade de quem teve de deixar os estudos para trabalhar e atender às necessidades básicas de sobrevivência; em segundo, essas pessoas, em sua grande maioria, voltam a estudar pela mesma razão, precisam adquirir conhecimento para estar bem qualificados para um mercado de trabalho em que as exigências aumentam constantemente. Por tudo isso, pode-se perceber a realidade da classe popular brasileira e sua conseqüente marginalização social.

A realidade do quadro social brasileiro sempre foi marcada pelas contradições entre classes, e a educação por muito tempo permaneceu como um direito de poucos. Em um país formado como colônia de exploração assentada na prática escravagista, as lacunas entre ricos e pobres sempre foram muitas e, neste jogo de poder, a classe popular sempre esteve à mercê dos interesses de uma pequena parcela mais abastada da população. A perspectiva da educação libertadora fomentada por Paulo Freire deixa claro que a educação nunca foi neutra, e mesmo hoje em pleno século XXI ela não o é. Entre idas e vindas de lutas pela melhoria educacional muito ainda precisa ser feito e esclarecido para que nosso país logre implantar um modelo de ensino menos excludente e investir na educação os recursos e a vontade que são necessários para sua qualidade e acesso democrático.

Ademais, a formação docente enfrenta inúmeros problemas no Brasil. A preocupação com a qualificação profissional do professor é historicamente recente quando consideramos os

séculos de existência da nação brasileira, e a forma como a educação foi tratada no país desde seus primórdios. É essencial que os cursos de formação de professores já existentes sejam reformulados para se adequarem ao atendimento das demandas educacionais vigentes. Ao passo que os cursos que porventura forem abertos já sejam implantados considerando essa perspectiva. Para os professores que já atuam e não tiveram a oportunidade de contemplar sua graduação, esses novos conhecimentos necessários, a busca por uma formação continuada é imprescindível.

A EJA deve ser tratada como o que ela é: uma modalidade educacional, não como mera compensação, filantropia e ou apenas qualificação profissional. A avaliação somente alcançará o patamar de relevância em que deve figurar no processo de ensino aprendizagem se estes conceitos forem levados em consideração. Em tudo isso repensar o currículo escolar da EJA é fundamental. Os professores precisam estar aptos a promover a necessária reformulação, pois é através do currículo que se estabelece como os conteúdos educacionais serão apresentados e tratados no cotidiano da sala de aula, incluso a forma como se dará o processo avaliativo.

A avaliação assume um caráter fundamental. Sendo parte imprescindível de todo processo pedagógico, ela contempla uma dupla perspectiva: estabelece os critérios que permitem avaliar o quanto o aluno aprendeu, e, portanto, a eficiência do ensino transmitido, ao mesmo tempo oferece ao docente a noção da realidade prática de suas metodologias; em suma, é um processo que tem tanta relevância para docentes quanto para alunos. Em qualquer etapa da educação avaliar é necessário, e deve ser feito de forma cuidadosa, considerando os objetivos pretendidos. No EJA o processo avaliativo não pode deixar de considerar a realidade dos alunos que ali frequentam; são pessoas que, embora não disponham de conhecimentos acadêmicos, possuem já uma bagagem de saberes significativos oriundos de sua própria experiência de vida. São, portanto, pessoas plenamente capazes de aprender, sobre as quais não deve pesar a pena, mas sim o sentimento de que lhes deve ser devolvido aquilo a quem têm direito: uma educação crítica, de qualidade, e libertadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A; CORSO, A. M. A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais. Curitiba: **XII Congresso Nacional de Educação EDUCERE**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, nov/2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf>. Acesso em: 10/11/2018.

AMORIN, A; DUQUES, M. L. F. Formação de educadores de EJA: caminhos inovadores da prática docente. Porto Alegre: **Educação** Revista Quadrimestral, maio/ago 2017, p.228-239. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/22483/15901>>.

Acesso em: 12/11/2018.

CARMO, G. D. M. **Educação de jovens e adultos**: relato de uma experiência vivida durante estágio. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017. Disponível em:

<https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/5896/3/EducJovAdultos_Monografia_2017.pdf>. Acesso em: 16/11/2018.

CLOCK, D. **O processo avaliativo utilizado pelos professores da educação de jovens e adultos**. Florianópolis: Periódicos IFSC, 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/viewFile/936/618>>. Acesso em:

15/11/2018.

COOK-GUMPERZ, J. **A construção social da alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

CRUZ, A. C. S. A nova concepção de avaliação na educação de jovens e adultos – EJA. **V CEDUCE**, jun/2018.

DREYER, L. Alfabetização: o olhar de Paulo Freire. Curitiba: **X Congresso Nacional de Educação EDUCERE**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, nov/2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5217_2780.pdf>. Acesso em: 10/11/2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, nº 46, p. 235-274, jan./abr. 2011.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12/11/2018..

FORTUNATO, I. História da educação brasileira: do período colonial ao predomínio das políticas nacionais neoliberais. Belo Horizonte: **Varia História**, set/dez 2015. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/vh/v31n57/0104-8775-vh-31-57-0909.pdf>>. Acesso em:

10/11/2018.

LAFFIN, M. H. L. F. **Educação de jovens e adultos e educação na diversidade**. Livro 1. Florianópolis: NUP – Núcleo de Publicações do CED, 2011.

LAFFIN, M. H. L. F. Alfabetização de idosos e adultos ou leitura e escrita? Braga, **Revista Portuguesa de Educação**, 2012. Disponível em

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872012000200007>.

Acesso em: 11/11/2018.

LEDESMA, M. R. **Evolução histórica da educação brasileira: 1549-2010**. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2010.

MARIA, L. S. S; FONTOURA, H. A. Currículo e formação de professores para a educação de jovens e adultos. **Revista EJA em Debate**, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2149/2>>. Acesso em: 14/11/2018.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973.

PELLOSO, S. M. **Reflexões sobre avaliação: esboçando retratos no EJA**. In: Os desafios da escola pública paranaense: perspectivas do professor PDE. Curitiba: Cadernos PDE, dez/2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uem_mat_artigo_silvia_maria_peloso.pdf>. Acesso em: 16/11/2018.

SANTANA, D. C. S. SANTOS, F. M. S; SANTOS, S. M. **EJA: breve análise da trajetória histórica e tendências de formação do educador de jovens e adultos**. Editora Realize, 2012. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/28e93eb53881513e51959a43ae232800_1862.pdf>. Acesso em: 06/11/2018.

SANTANA, C. H. F; PRATA, L. M. **A não-neutralidade da educação: pedagogias com o objetivo de liberdade**. Aracaju: Instituto Federal do Sergipe, 2010. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/download/2352/1299>>. Acesso em: 12/11/2018.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

CRUZ, A. C. S; JIMENES, L. O. Um Olhar Crítico Sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil: O Processo Avaliativo. **Rev. FSA**, Teresina, v.16, n. 2, art. 7, p. 129-148, mar/abr. 2019.

Contribuição dos Autores	A. C. S. Cruz	L. O. Jimenes
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X